

REVISTA MARACANAN

Artigos

Entre o passado e o presente: a cobertura do *impeachment* de Fernando Collor pelo *Jornal do Brasil* (1992-1993)

Between the past and present: the Jornal do Brasil's coverage of Fernando Collor's impeachment (1992-1993)

Pedro Domingos Brandi Capachuz*

Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro

João Feres Junior**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Recebido em: 09 jun. 2023.

Aprovado em: 05 set. 2023.

Publicado em: 29 dez. 2023.



* Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ); graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. (pedrodomingos@id.uff.br)

<https://orcid.org/0009-005-5190-5031>

<http://lattes.cnpq.br/0621254911864979>

** Professor Titular de Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Doutor e Mestre em Ciência Política pela City University of New York; Mestre em Filosofia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, nível 1D, e Cientista do nosso Estado (FAPERJ). (jferes@iesp.uerj.br)

<https://orcid.org/0000-0002-5830-0458>

<http://lattes.cnpq.br/4890516395721831>

Resumo

O presente artigo pretende analisar o posicionamento do *Jornal do Brasil* quando do processo de *impeachment* de Fernando Collor no *Jornal do Brasil*, por meio da análise de seus editoriais. O objeto principal da pesquisa corresponde aos editoriais publicados entre os dias 10 de maio de 1992 (data da publicação da primeira denúncia sobre o caso PC Farias) e o dia 6 de janeiro de 1993 (dia que marca o tempo de uma semana após a aprovação do *impeachment* no Senado). Alguns autores já identificaram o posicionamento favorável a Collor adotado pelo *JB* na eleição de 1994, como Conti (2012), e Sallum Jr. (2015). Mas não há na literatura uma análise detalhada de como isso se deu. O objetivo deste artigo é contribuir para sanar essa lacuna, focando especificamente no período do processo de *impeachment* sofrido pelo presidente. Utilizamos as metodologias da análise de enquadramentos e análise de valências no tratamento dos textos selecionados. Entre outras coisas, detectamos uma guinada no posicionamento do periódico às portas do *impeachment*.

Palavras-chave: Jornal do Brasil. Metodologia de Valências. Impeachment. Fernando Collor. Imprensa.

Abstract

This article analyzes the coverage *Jornal do Brasil* dedicated to the impeachment process of Fernando Collor, based on the well-known slant analysis. The work's main subject will focus on the paper's editorials, published between May 10, 1992 (when the first accusation on the PC Farias affair is published) and January 7, 1993 (precisely one week after the *impeachment's* approval by the Senate). A few researchers have identified a positive *JB* coverage regarding Collor during the 1989 presidential election, such as Conti (1999), and Sallum Jr. (2015). However, the current literature lacks a deep analysis on the subject. We aim to fill this absence, focusing on Collor's impeachment trial. We have used framing and slant analysis for the selected texts. Among other things, we detected a coverage shift regarding the newspaper, just before the impeachment approval.

Keywords: Jornal do Brasil. Slant Analysis. Fernando Collor's Impeachment. Mainstream Media.

Introdução

Em maio de 1992, Pedro Collor de Mello, irmão caçula do presidente Fernando Collor de Mello, concedeu entrevista à revista *Veja* acusando este de elos fraudulentos com seu “testa-de-ferro” Paulo César (PC) Farias, ex-tesoureiro da campanha de Collor à Presidência da República. Segundo Pedro Collor, na campanha do irmão foi dito que “quem roubava ia para a cadeia”, mas o que via acontecer no governo era o exato oposto. Aproximadamente um mês depois, uma entrevista do motorista de uma secretária de Fernando Collor, Eriberto França, divulgada pela revista *IstoÉ* (Conti, 1999, p. 599-600), apresentava evidências dos elos diretos de PC Farias com o presidente, disparando uma crise política que culminaria no *impeachment* de Collor.

A partir dessa denúncia de corrupção, os grandes meios da imprensa brasileira, que haviam apoiado Collor no pleito de 1989 contra Lula, do PT (Lattman-Weltman *et al*, 1994, p. 44), passaram a ser mais críticos ao presidente. Mas um *quality newspaper* da época escolheu caminho diverso: o *Jornal do Brasil*. O diário carioca saiu em defesa do presidente no dia 7 de junho, chamando Pedro Collor de um “acusador vazio de provas”. Contudo, em pouco mais de seis meses o *Jornal* mudaria completamente sua posição, vindo a demandar de forma direta a prisão de Fernando Collor. O presente trabalho objetiva, por meio da análise dos editoriais do *Jornal do Brasil* publicados no período, revelar a maneira como o próprio *JB* buscou se posicionar frente à principal crise política pós-ditadura que o Brasil atravessava. Na primeira parte do trabalho, faremos uma discussão da bibliografia acerca do *Jornal do Brasil*. Na segunda parte, faremos exposição da metodologia utilizada e da discussão acerca dos dados e resultados da análise.

O *Jornal do Brasil* na literatura acadêmica

É pequeno o número de estudos, incluindo artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, acerca do *Jornal do Brasil*, o que é em parte surpreendente dado que o diário foi tratado comumente como um dos principais e mais influentes meios da grande imprensa no século XX (Cf.: Ribeiro; Vieira, 2018; Guarnieri, 2014). Na década de 1950, o *Jornal do Brasil* (*JB*) passou por muitas transformações, entre elas reformas responsáveis por “modernizá-lo”, de acordo com o modelo estadunidense de se fazer jornalismo, o mais influente da época (Souza, 2020, p. 842; Guarnieri, 2014, p. 25). Foi contratada uma nova equipe de profissionais, em sua maioria jovens, com nomes que se tornariam célebres, incluindo Jânio de Freitas, Ferreira Gullar e Wilson Figueiredo (Cf.: Ferreira, Montalvão, 2001).

Já no final da década de 1950, foram introduzidas fotografias nas primeiras páginas e, numa mudança drástica, os classificados passaram a ocupar caderno separado, sendo desalojados da primeira página. A partir da década de 1960, o *Jornal do Brasil* passou a se dividir em cadernos de temas específicos, como cultura, política, esporte, entre outros. Ribeiro e Vieira (2018), inferem que trabalhar no *Jornal do Brasil* no período das reformas e após as mesmas era motivo de orgulho para os profissionais da área, que identificavam no periódico uma forma de fazer jornalismo tida como de alta qualidade.

A quase totalidade da grande imprensa brasileira da época – *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã* – apoiou o golpe civil-militar em 1964 (Capelato, 1988, p. 54), exceção feita ao *Última Hora* (Guarnieri, 2014, p. 10). Foi apenas após a promulgação do AI-2 – que dissolveu os partidos políticos existentes, após cassação dos mandatos e direitos políticos de parlamentares tidos como perigosos para o governo, e aumentou os poderes do Presidente da República – que se iniciou uma fase mais crítica do *JB* sob o governo militar, inclusive com o *Jornal* exigindo a criação de uma nova Carta Constitucional: “no final de 1965, o editorial Constituinte reclama uma nova Carta Magna, justificando, que o AI-2 atestou a falência da união entre a legalidade democrática e a ‘legalidade revolucionária’” (*Ibidem*, p. 99-100). Fica evidente a importância conferida pelo *JB* à legalidade, que estaria expressa na Constituinte, afastando o regime militar de uma aparência descaradamente ditatorial.

A partir de 1966, os editoriais do *Jornal* passaram a adotar tom crescentemente crítico ao governo militar, afirmando inclusive que ele perdera boa parte do apoio popular que possuía em 1964. O *Jornal do Brasil* não foi censurado até o final de 1968, mas, com a edição do AI-5, a medida mais autoritária do governo militar, o *Jornal* passou a sofrer imposições do regime, inclusive com a prisão de seu diretor no dia 15 de dezembro do mesmo ano (*Ibidem*, p. 47). Entretanto, a ditadura parece ter domesticado o *JB*, pois a partir dessa data não houve grandes tensões entre sua linha editorial e os mandos do Palácio do Planalto. Na fase final do regime, quando algumas das grandes empresas de mídia do país passaram a apoiar a redemocratização, o *Jornal* manteve a linha editorial, tratando com suspeição o movimento das “Diretas Já”, inclusive depois dos atos massivos de 1984, que reuniram milhares de pessoas. Para Ian Alves (Alves, 2019, p. 149-150), que analisou as matérias da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal do Brasil* entre 1975 e 1985, a linha editorial adotada pelo *JB* dissociava a política democrática dos movimentos populares e atos de massa.

As décadas de 1980 e 1990 foram palco da ascensão da agenda neoliberal, no contexto de fim da URSS e descrédito das alternativas socialistas. Tal agenda foi abraçada pelos grandes jornais brasileiros, que passaram a discutir mais assuntos voltados ao campo da economia, dando origem inclusive à especialização do “jornalismo econômico”.

A grande imprensa, dessa forma, juntamente com as elites empresariais, adotou uma perspectiva cada vez mais liberal, cujo núcleo era o combate ao estatismo. Esse liberalismo ganhava uma articulação ideológica mais definida e consistente, na forma de neoliberalismo, tornando a grande imprensa e as elites brasileiras favoráveis à integração do país à nova ordem internacional em formação [...] no Brasil, o neoliberalismo se torna a ideologia dominante entre os setores do capital,

dos partidos políticos conservadores e do centro do espectro político, da grande imprensa brasileira e de setores empresariais (Souza, 2020, p. 834).

Os estudos convergem na identificação da cobertura favorável dada a Collor nas eleições de 1989 pelo *Jornal do Brasil* (Cf.: Conti, 1999; Sallum Jr., 2015). Em resumo, o *JB* chega a 1992, ano que contém a maioria dos editoriais analisados no presente trabalho, com o seguinte histórico: 1. Apoio ao golpe civil-militar de 1964, com o argumento de que o governo autoritário era necessário frente ao tão alardeado perigo comunista, que ameaçava a democracia brasileira; 2. Defesa da legalidade e do respeito aos ritos constitucionais, como se pode observar na defesa da Constituinte em plena ditadura; 3. Desconfiança quanto à participação popular na política e atos de massa, enxergados como possíveis detonadores de convulsão social; e 4. Finalmente, defesa da propriedade privada e do ideário neoliberal, em ascensão nos anos 1980, sob a liderança dos governos britânico e estadunidense. Essa agenda seria adotada pelo *Jornal do Brasil*, e tida como prioridade para a economia e modernização do país, como veremos nas seções seguintes.

O impeachment de Fernando Collor

As explicações para a deposição de Fernando Collor enfatizam a pressão conjunta da hiperinflação, já corrente antes de sua vitória em 1989 (Sallum Jr., 2015, p. 43), sua ininterrupta queda de popularidade (Mafei, 2021, p. 86), os atos de rua de agosto (Abranches, 2018, p. 122), o papel ativo da imprensa em cobrir e divulgar as denúncias que atingiam o governo (Lattman-Weltman *et al*, 1994, p. 110-111), e, finalmente, a própria atuação do presidente em sua falta de negociação com o Congresso. Aníbal Pérez-Liñán (2007), cientista político argentino, converge com a leitura do “presidencialismo plebiscitário” de Sallum Junior, ao destacar que a posição de Collor quanto ao Congresso era de isolamento, não de formação de coalizão para protegê-lo do *impeachment*. Sérgio Abranches (2018), entretanto, acrescenta indicadores da existência de determinantes institucionais fortes, já existentes desde o ano de sua vitória, que mitigavam a possibilidade de Collor buscar compor um escudo parlamentar.

Já nas eleições de 1989, a situação institucional se antevia como paradoxal: os partidos majoritários no Congresso (PFL e PMDB) haviam obtido apenas 5% dos votos para presidente, ao passo que os partidos dos dois principais candidatos (Collor, pelo PRN, e Lula, pelo PT) não controlavam sequer 5% das bancadas, deixando evidente a necessidade de formação de coalizões. O presidente eleito, todavia, resistiu a formar uma coalizão, algo explicado pelos interesses difusos em pauta no momento de sua posse, pela força que detinha em virtude dos parlamentares estarem em final de mandato, pouco afeitos a confrontar o Executivo e “preocupados principalmente com as campanhas eleitorais vindouras” (Mafei, 2021, p. 87), pela altíssima inflação, pela fragmentação partidária – em 1990, 34 partidos lançaram candidatos ao Congresso –, e, ainda, pelo apoio popular ao Plano Collor I (que promoveu, entre outras medidas, o confisco das cadernetas de poupança), já que 71% dos brasileiros o aprovavam em

abril de 1990 (*Ibidem*, p. 88). Somados todos esses fatores, a Collor não “restava alternativa senão um governo minoritário, despartidarizado, buscando o controle autônomo da agenda legislativa” (Abranches, 2018, p. 96).

Essa busca por pautar a agenda legislativa se revela especialmente no primeiro ano do governo Collor, antes das eleições parlamentares de 1990, quando o presidente editou e reeditou 149 medidas provisórias (MPs), que tinham força prática dos “decretos-lei”, oriundos do período da ditadura civil-militar (Mafei, 2021, p. 87), e permitiam sua vigência mesmo com a rejeição do Congresso, pois ao chefe do Executivo cabia a possibilidade de reeditar a MP após esta não ser convertida em lei pelos parlamentares.¹ Além disso, as MPs possuem caráter de urgência, precisando ser votadas em até 45 dias após sua publicação. Caso contrário, a pauta de votação do Legislativo fica trancada até que a Medida Provisória seja votada (Abranches, 2018, p. 100).

O que havia, portanto, era uma situação de pouca negociação entre Executivo e Legislativo, contribuindo para o estado “tenso” do governo – inclusive, essa falta de diálogo entre os Poderes não passava despercebida pelos próprios parlamentares, havendo declarações de figuras diversas a esse respeito (*Ibidem*, p. 105-106). Outro exemplo ocorreu durante o próprio processo de *impeachment*: buscando conseguir votos favoráveis, Collor ligou para um deputado paranaense, mas este pensou tratar-se de um trote, tamanha a distância que o presidente mantinha de sua suposta base parlamentar. Quando se deu conta de que era realmente Collor, o deputado respondeu que tinha tentado marcar uma reunião com ele várias vezes, sendo dispensado sempre. Esse deputado votou a favor do *impeachment* (Moreira; Luiz, 1999, *apud* Pérez-Liñán, 2007, p. 152).

Em suma, fosse pelo “voluntarismo” do presidente e/ou por sua “despreocupação em construir uma maioria parlamentar sólida para governar” (Sallum Jr., 2015, p. 158) ou pela já apontada situação institucional e alto quadro de fragmentação parlamentar, inclusive após as eleições de outubro de 1990, que conferiram à coalizão governista apenas 22% das cadeiras no Senado (Abranches, 2018, p. 101), a situação de Collor no final de 1991, já com sua popularidade bastante erodida – a aprovação rondava os 10% (*Ibidem*, p. 111) – era de fragilidade política.

É nesse contexto que surgem as denúncias a respeito dos elos fraudulentos entre o ex-tesoureiro da campanha de 1989, Paulo César Farias, o “PC Farias”, e o presidente. A divulgação, pela revista *Veja*, no dia 10 de maio de 1992 de documentos entregues por Pedro Collor, irmão do mandatário, detonou uma crise familiar – a mãe de Collor chegou a realizar uma intervenção nas Organizações Arnon de Mello – e política, e cuja tensão só se ampliou à medida que novas entrevistas foram sendo realizadas, com a gravidade das acusações assumindo cada vez mais um grau maior (Cf.: Lemos, 2001). No dia 26 de maio, foi aberta uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as acusações, com a presidência cabendo aos

¹ Para interessante tabela comparativa sobre o uso das Medidas Provisórias, em frequência mensal, nos governos do pós-ditadura, ver Abranches (2018, p. 99). Collor foi o presidente que menos editou MPs regularmente, dentre todos os presidentes.

governistas, que conseguiram blindar o presidente, sendo investigados apenas os negócios de PC Farias (Sallum Jr., 2015, p. 218). Após nova denúncia, ao final de junho, envolvendo o motorista da secretária do presidente, as evidências de envolvimento direto de Collor no tráfico de influência e desvio de dinheiro, se tornaram mais fortes, levando um deputado do PDS a afirmar que o governo acabara (Sallum Jr., 2015, p. 224).

O cientista político argentino Aníbal Pérez-Liñán (2007, p. 36-37), em seu estudo sobre as crises presidenciais na América Latina, identifica três pontos imprescindíveis para que haja um *impeachment*. São eles: 1. Existência de manifestações de massa; 2. Imprensa que denuncia/critica o presidente; 3. Incapacidade do presidente de formar maiorias no Congresso, algo que o autor chama de “escudo legislativo”. Os jornais, em especial, estariam mais propensos a realizar denúncias referentes aos presidentes, na esteira do fim das várias ditaduras no continente, o que, por si, auxilia os parlamentares a abrir os processos de *impeachment*. É nesse contexto que a capacidade do chefe do Executivo de compor coalizões, para barrar o processo, se torna crucial, especialmente em caso de atos populares, que, caso unissem muitos setores sociais, tornavam a permanência do presidente muito difícil (*Idem*). Esses três pontos se faziam presentes em agosto de 1992, com a particularidade ainda de o próprio Congresso estar investigando o presidente Collor por meio de uma CPMI.²

Após a ocorrência de atos maciços contrários ao presidente, especialmente a partir do dia 15 de agosto, após convocação direta de Collor por ocupação nas ruas de seus apoiadores, a CPMI recomendou abertura de processo de *impeachment* contra Collor, pedido que foi acolhido no dia 1º de setembro. No dia 29 de setembro, Collor foi afastado da presidência – temporariamente, em princípio –, por uma maioria de 441 deputados contra 38. No dia 29 de dezembro, data do julgamento no Senado, Collor renunciou à presidência, poucas horas antes da votação que, mesmo assim ocorreu, com 76 votos favoráveis à remoção do presidente e apenas 3 contrários.

Metodologia

Partimos da tese mínima de que a grande imprensa possui “forte impacto sobre o debate público em nosso país” (Feres Júnior, 2020, p. 3). Isso é particularmente verdade para o período que estamos analisando, anterior ao advento da internet. Naquele contexto praticamente a totalidade das informações sobre a política que a maioria da população obtinha chegava por meio dos meios de comunicação de massa, notadamente os jornais, o rádio e a televisão. Nosso objetivo é compreender a agenda política do *JB* em seu contexto histórico: não nos interessa adotar classificações definitivas sobre os periódicos, nem situar, politicamente, de forma

² A grafia correta é “CPMI” porque a comissão envolveu membros tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, sendo, portanto, “mista”. Nas citações dos textos do *Jornal do Brasil*, todavia, optamos por manter a forma original, sendo que os autores incorreram em pequeno erro, chamando-a de “CPI”, excluindo dessa forma o “mista”.

“engavetada” qualquer um deles, em que pese a extensa lista de trabalhos que apontam um conservadorismo histórico da grande imprensa nacional (Cf.: Feres Júnior, 2020; Capelato, 1988; Azevedo, 2009).

Selecionamos os editoriais para análise pois eles têm a função de publicizar a opinião própria do *Jornal* como instituição:

Editoriais são de um formato distinto e o único espaço de um jornal em que suas opiniões como organização são explicitamente representadas. Jornais e os jornalistas que escrevem editoriais possuem um papel poderoso na construção de um debate político na esfera pública. Eles utilizam sua voz editorial para tentar influenciar a política indiretamente, atingindo a opinião pública, ou diretamente, tendo como alvo políticos [...] editoriais [...] ocupam um espaço especial na estrutura geográfica do jornal, representando a voz coletiva institucional do mesmo ao invés da de um indivíduo (Firmstone, 2019, p. 1. Tradução dos autores).

Ou ainda como afirma a autora de maneira sintética, editoriais são “a forma mais confiável de se calcular a opinião coletiva de um jornal enquanto entidade” (*Ibidem*, p. 7, tradução nossa). Tal opção é coerente com nossa perspectiva de tomar os órgãos de imprensa como atores políticos que buscam influenciar o debate público no país. Os editoriais são espaços privilegiados nos quais cada jornal debate sua agenda própria de forma mais explícita e direta.

Os editoriais do *JB* são de fácil acesso via internet, pois estão disponibilizados no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional. O recorte temporal do trabalho vai de 10/05/1992 a 7/01/1993, a partir dos seguintes critérios: no dia 10 de maio que Pedro Collor entregou à revista *Veja* documentos que apontavam irregularidades de empresas de PC Farias no exterior, pondo em marcha o processo que exporia os elos fraudulentos deste com o próprio presidente; a aprovação do *impeachment* de Collor no Senado deu-se no dia 30 de dezembro do mesmo ano, assim escolhemos encerrar o período pesquisado uma semana depois para capturar a cobertura que se seguiu ao evento.

Primeiramente, lemos todos os editoriais publicamos no período. Em seguida fizemos uma seleção baseada nos seguintes critérios, articulados pelo conector lógico “OU”: 1. Referência direta a Fernando Collor, contendo juízo a seu respeito; 2. Citação direta do Governo Federal, com emissão de opinião; 3. Citação direta da CPMI, com emissão de opinião; 4. Citação direta de atores políticos do Congresso e/ou da sociedade civil. Tal procedimento filtrou 73 editoriais, que tiveram então seus textos codificados.

Empregamos dois métodos de análise textual, a análise de enquadramento e a análise de valências. Há uma ampla literatura, nem sempre consensual, sobre o conceito de enquadramento e sua utilização nos estudos da comunicação (Entman, 1993; Scheufele, 1999; Campos, 2014; Mendonça, 2012). No presente trabalho adotaremos a definição construcionista de Gamson e Modigliani (1989), segundo a qual enquadramentos são pacotes interpretativos transmitidos pelo texto jornalístico ao leitorado, ou seja, ela é adequada para entendermos a emissão das mensagens, mas não trata diretamente da recepção. No caso do *JB*, buscamos avaliar como os editoriais foram usados para legitimar ou deslegitimar atores e processos políticos.

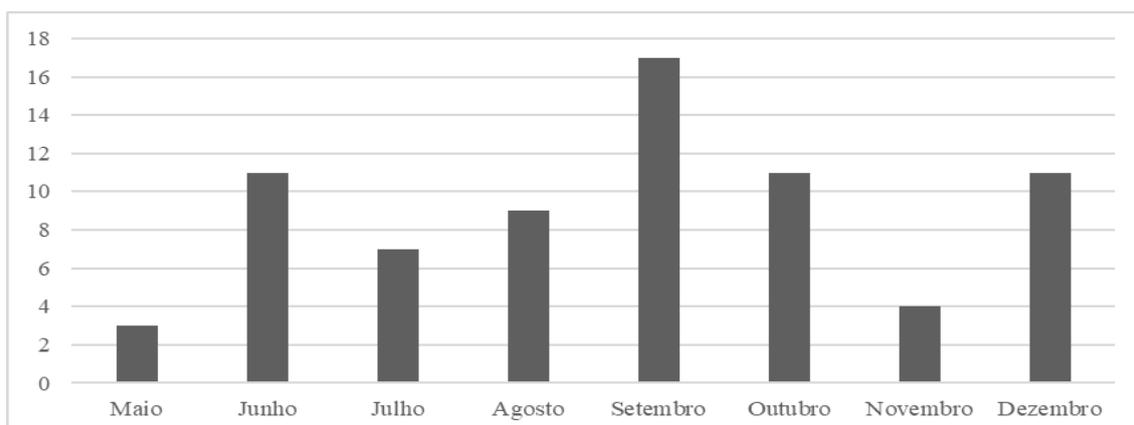
A análise de valências (*slant analysis*) é na verdade uma modalidade da análise de enquadramentos na qual são atribuídos ao texto valores negativos, positivos, neutros ou ambivalentes no tratamento de agentes, instituições ou processos (Cf.: Druckman; Parkin, 2005; Feres Júnior, 2016). A partir desses dois instrumentos, será possível inferir quais as posições do *Jornal do Brasil* durante o período de análise acerca de Fernando Collor, acerca do processo de *impeachment*, dos atos populares, e do próprio governo do presidente.

Tratando especificamente do conteúdo e opiniões dos editoriais no longo prazo, Christiane Eilders (1997) oferece dois instrumentos de análise: 1. *Consonance*, que se refere à continuidade e sustentação da mesma opinião dos editoriais sobre determinado assunto ao longo do tempo; 2. *Focusing*, que diz respeito à continuidade do agendamento de um mesmo tema ao longo do tempo. Essas duas chaves são importantes para se pensar os editoriais, porque são fatores que alteram o potencial impacto desses textos: na análise dos dados, deveremos levar em conta se houve estabilidade nas opiniões expressas nos editoriais do *Jornal do Brasil*, no tocante aos atores e processos analisados.

Resultados

Como podemos observar no Gráfico 1, o *JB* publicou uma quantidade relativamente alta de editoriais sobre o assunto entre maio e dezembro de 1992 – foram 73, segundo nossos critérios de seleção. O período se encerra no mês de dezembro com uma média de um editorial a cada três dias, aproximadamente. Esse número expressa a preocupação e esforço do *Jornal do Brasil* em intervir diretamente no debate, agendando o tema como crucial, ao discuti-lo recorrentemente.

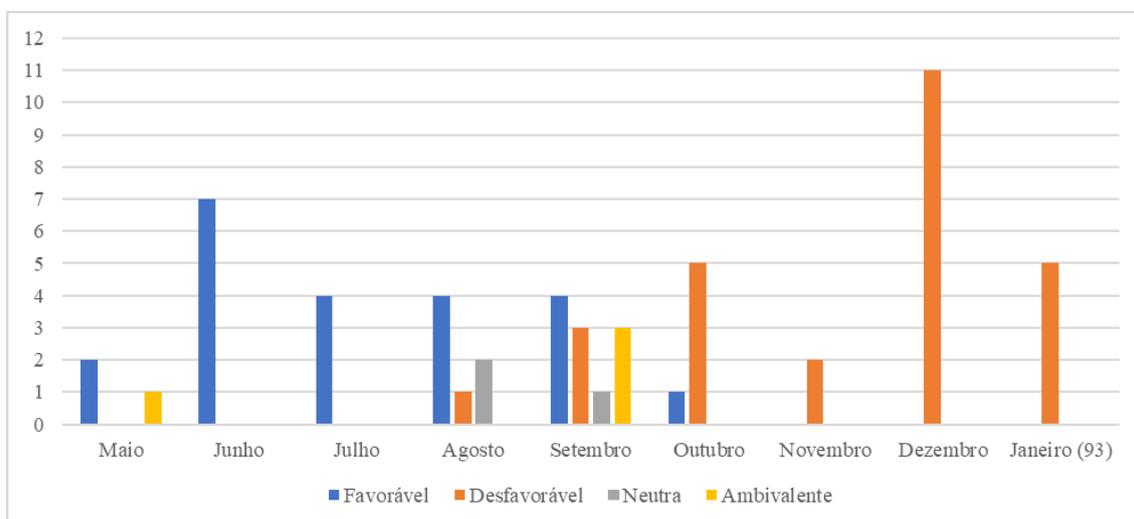
Gráfico 1 – Número de editoriais do *JB* por mês (1992)



Fonte: Elaboração pelos autores, 2023.

Mas o dado bruto da alta ativação do tema nos editoriais do *JB* não revela a guinada de posicionamento que o periódico adotou a partir do mês de outubro, como mostra o gráfico abaixo. O apoio a Collor é praticamente integral nos editoriais publicados entre maio e junho, exceção feita a um único texto desfavorável. O mês de setembro, no qual se deu a aprovação do *impeachment* na Câmara dos Deputados, é o mais ambíguo quanto ao posicionamento do periódico a respeito do presidente, incluindo editoriais de todos os matizes de valência. Após a Câmara confirmar a passagem do processo de *impeachment* ao Senado, o *JB* passou a se posicionar de forma amplamente desfavorável a Fernando Collor de Mello (FCM), publicando só no mês de dezembro – o do julgamento do *impeachment* no Senado – 11 editoriais negativos, em forte contraste com a valência da cobertura do começo do período, ou seja, entre maio e agosto.

Gráfico 2 – Valência mensal dos Editoriais (sobre FCM)



Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

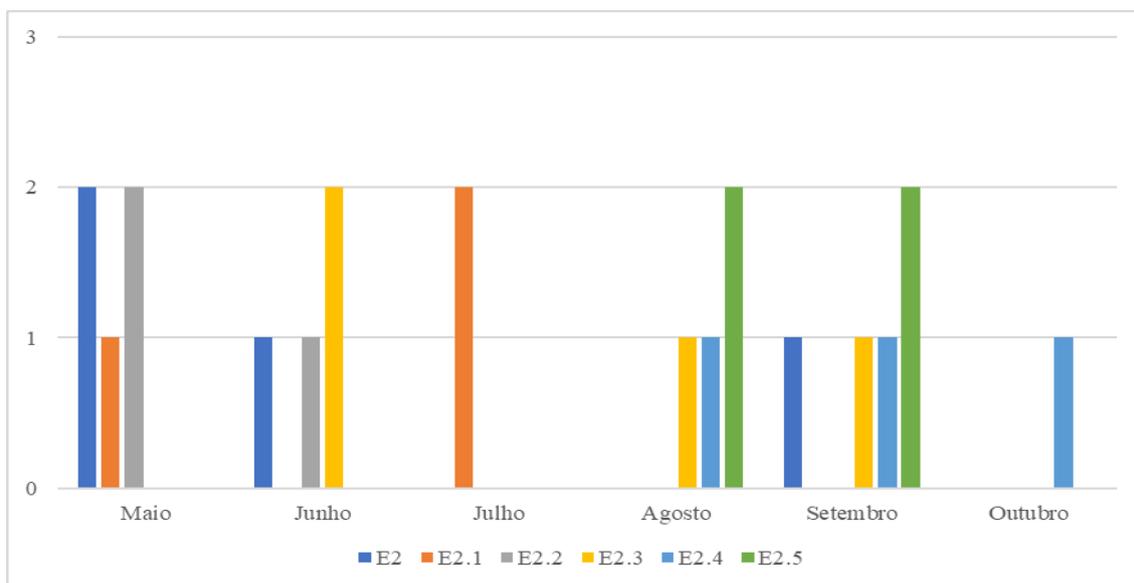
O alto número de editoriais publicados pelo *JB* em setembro (mais de um a cada dois dias) se deve ao esforço do *Jornal* por realizar um realinhamento político da forma a mais coerente possível, gradualmente se descolando do apoio a Fernando Collor, ao mesclar comentários favoráveis com críticas. Essa ambiguidade de setembro marcaria o início das críticas mais diretas a Fernando Collor e dos enquadramentos cada vez mais favoráveis a seu *impeachment*.

Se a análise de valências delinea o posicionamento geral da cobertura dos editoriais em relação ao então presidente, a análise de enquadramento revela aspectos substantivos importantes. Em resposta às acusações de Pedro Collor, que se iniciam em maio, o presidente Fernando Collor era elogiado pelo *JB*, desde sua reforma ministerial de fevereiro, tida como expressão de “reconstrução cívica” (“Em nome da verdade”, *Jornal do Brasil*, 19 maio 1992, p. 10) e cujo objetivo era a “restauração de valores éticos” (*Idem*). Já nesse momento de defesa

do presidente, o *Jornal* expressava uma posição legalista, de defesa das normas constitucionais, algo identificado em trabalhos prévios (Guarnieri, 2014; Alves, 2019): “A instituição presidencial precisa ser preservada a todo custo. Vivemos no país que nos coube; temos o presidente que nos coube, pelo voto popular” (“Em nome da verdade”, *Jornal do Brasil*, 19 maio 1992, p. 10). Esse trecho é, além de uma defesa do Executivo, também uma crítica indireta às denúncias de Pedro Collor, tidas como um mal potencial a uma instituição que, segundo o *JB*, operava a reconstrução ética no país e propunha uma agenda de modernização, algo enunciado diversas vezes pelo *Jornal* (“Vale o escrito”, *Jornal do Brasil*, 26 jun. 1992, p. 10; “Opção pelo Confronto, por exemplo”, *Jornal do Brasil*, 1º set. 1992, p. 10).

De modo geral, o *Jornal do Brasil* identificava em Collor um presidente alinhado com a agenda econômica neoliberal, encampada pela grande imprensa de modo geral. Tal agenda era apresentada pelo *JB* como sinônimo de modernidade: “A aspiração de modernidade traduz em termos de governo um espírito social e político identificado com a legalidade, a democracia e a economia de mercado (“Desejo Oculto”, *Jornal do Brasil*, 7 jun. 1992, p. 10). Esse enquadramento – do governo Collor como sinônimo de modernidade para o país – foi registrado em três dos seis meses que contaram com editoriais favoráveis ao presidente, como expresso no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Enquadramentos Favoráveis do *JB* a FCM por mês



Legenda: E2 (Elogio a Fernando Collor); E2.1 (Collor como defensor da ética administrativa); E2.2 (Collor como defensor da ética/atento aos clamores populares); E2.3 (Collor como líder das reformas que modernizam o Brasil); E2.4 (Collor como defensor da legalidade/da Constituição); E2.5 (Collor como presidente democrático).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Saindo em defesa do presidente acusado pelo irmão, o *Jornal do Brasil* argumenta que a corrupção é um problema institucional, não de algum indivíduo em particular:

Não são escândalos que digam respeito só ao Executivo, embora este comumente leve a culpa de tudo. Refletem, sobretudo, dificuldades de natureza institucional que vêm de outros tempos e que o governo, apesar de sua determinação, ainda não conseguiu sanar. Todas as denúncias, se bem examinadas, vão conduzir a males que se abrigam e crescem dentro das instituições com as quais os brasileiros têm obrigatoriamente de contar. Todos os poderes da República padecem, hoje, dessas deficiências que emperram o aparelho de Estado e o desviam de suas atribuições (“Desejo Oculto”, *Jornal do Brasil*, 7 jun. 1992, p. 10).

Essa estratégia de diluição da responsabilidade pessoal de Collor na questão institucional da corrupção pretende isentá-lo, ao mesmo tempo que não nega a existência do problema em seu governo. Tal enquadramento se repetiu até o mês de outubro, último no qual se publica editorial favorável ao presidente.

O *Jornal do Brasil* não era propriamente contra a investigação das denúncias de corrupção: mesmo após a criação da CPMI no começo de junho, estas são apresentadas como potencialmente benéficas à democracia, e capazes de dar fim ao “regime de impunidade” que havia no Brasil:

A denúncia e a apuração severa dos hábitos comprometedores da vida política é atitude de legítima defesa dos democratas [...] a transparência política não se satisfaz com a denúncia, mas exige a correção dos costumes e a punição dos culpados como reciclagem da confiança democrática (“Caminhos Ilícitos”, *Jornal do Brasil*, 11 jun. 1992, p. 10).

O *impeachment*, em si, não interessa tanto ao *JB*, mas sim o avanço da agenda liberal: ao mesmo tempo que defende e elogia a agenda econômica, o *Jornal* elogia o governo – e Collor – por tê-la promovido no Brasil.

Evocando os outros três jornais da grande imprensa, o *Jornal do Brasil* publicou no dia 24 de outubro editorial exigindo a renúncia de Fernando Collor (a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo* foram pioneiros, defendendo a renúncia no dia 30 de junho; o *Globo* o fez no dia 30 de setembro). Esse fato é um bom exemplo daquilo que Julie Firmstone (2019, p. 11-12) chama de *inter-media setting*. Nesse caso, havia um precedente óbvio, pois os três jornais da grande imprensa já pediam a renúncia de Collor. O *JB* então aderiu:

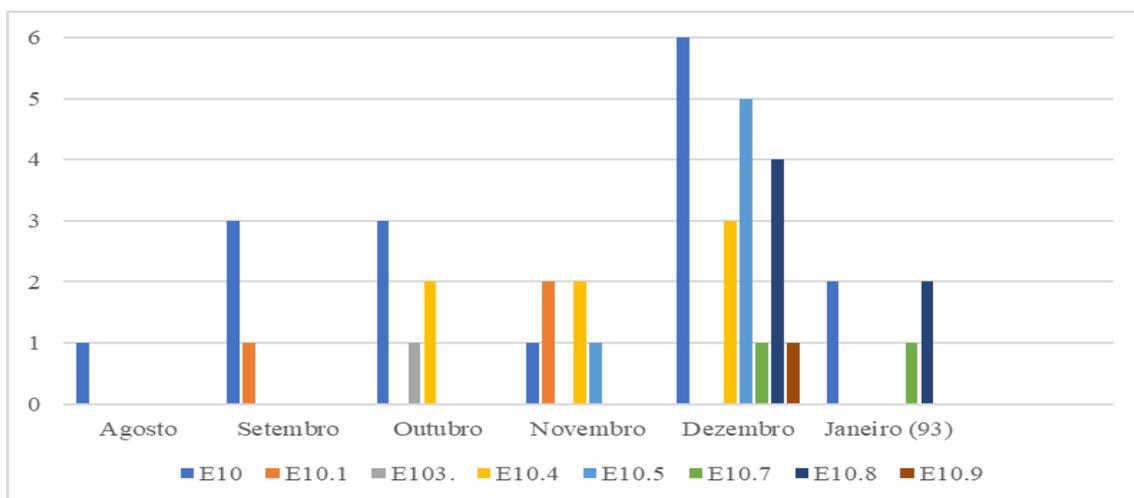
quanto mais o presidente tentar se defender será pior. Ou apresenta provas cabais ou pode desistir para não ficar pior. O melhor ainda, como último recurso, é a renúncia incondicional, para abreviar a solução política definitiva e mais depressa a nação esquecer a vergonha (“O Último Recurso”, *Jornal do Brasil*, 24 out. 1992, p. 10).

Este editorial é o único de todo o período analisado a pedir a renúncia do presidente, porém, ao mesmo tempo que classifica o processo de *impeachment* como um “escândalo”, o *Jornal* ainda deixa em aberto a possibilidade de Collor ter provas de ser inocente, numa argumentação contraditória. De certa forma, e possivelmente para justificar o apoio longo dado ao presidente, o *JB* ainda sugere que Collor poderia se livrar das acusações, mesmo após

a aprovação do processo de *impeachment* na Câmara. Ao mesmo tempo, contudo, outros editoriais do *Jornal* insinuam que Collor está mentindo sobre o escândalo PC Farias (“O Último Recurso”, *Jornal do Brasil*, 24 out. 1992, p. 10; “A Beatificação do Ilícito”, *Jornal do Brasil*, 31 out. 1992, p. 10).

Os resultados expostos acima servem para, se não refutar, ao menos matizar a afirmação de Sallum Jr. (2015, p. 225) a respeito da guinada editorial do *JB* após a divulgação da entrevista de Eriberto França, de impacto “enorme”. O sociólogo afirma que o *Jornal* “abandonava pois, a posição combativa em favor do presidente, orientando-se agora para a defesa da legalidade”, porém a análise de enquadramentos apresentada acima mostra que os elogios do impresso à pessoa de Fernando Collor só se reduziram consideravelmente após o mês de setembro, algo que converge com os resultados do Gráfico 2. Especialmente, observamos que no mês de julho, o seguinte à divulgação da entrevista, não foi identificado nenhum editorial negativo ao presidente, ou contrário à sua permanência no poder.

Gráfico 4 – Enquadramentos negativos dos editoriais por mês (FCM)



Legenda: E10 (Críticas a Fernando Collor); E10.1 (Críticas ao governo Collor); E10.3 (Collor deve renunciar); E10.4 (Collor mente sobre o escândalo PC Farias); E10.5 (A defesa de Collor ao *impeachment* é mentirosa); E10.7 (Collor como desequilibrado emocional); E10.8 (Collor como farsante/mentiroso); E10.9 (Defesa da prisão de Fernando Collor).

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

No mês de julgamento do *impeachment* no Senado, o *Jornal do Brasil* publicou onze editoriais contrários a Fernando Collor, ampliando ainda o escopo das críticas, que se tornaram mais pessoais. Ao mesmo tempo, o *JB* reiterava a legalidade do processo de *impeachment*, pauta cara à agenda do *Jornal*: “Collor está sendo julgado segundo a Constituição e as leis de um regime democrático; é improcedente, portanto, a alegação de que os membros do Senado da República são parciais e suspeitos” (“A Comédia de Erros”, *Jornal do Brasil*, 3 dez. 1992, p. 10). Essa mesma defesa da legalidade do *impeachment* se repete em outros editoriais ao longo do

mês (“Últimas Manobras”, *Jornal do Brasil*, 26 dez. 1992, p. 10; “Último Ato”, *Jornal do Brasil*, 23 dez. 1992, p. 10), mostrando uma preocupação do *JB* em defender a legitimidade e constitucionalidade do *impeachment*, em particular, contra as acusações do próprio Fernando Collor, que denunciava estar sendo vítima de um “tribunal de exceção” (“Jogo de Palavras”, *Jornal do Brasil*, 9 dez. 1992, p. 10).

Além de ressaltar a sua legalidade, o processo de *impeachment* recebe cada vez mais enquadramentos de potencial fortalecedor da democracia brasileira:

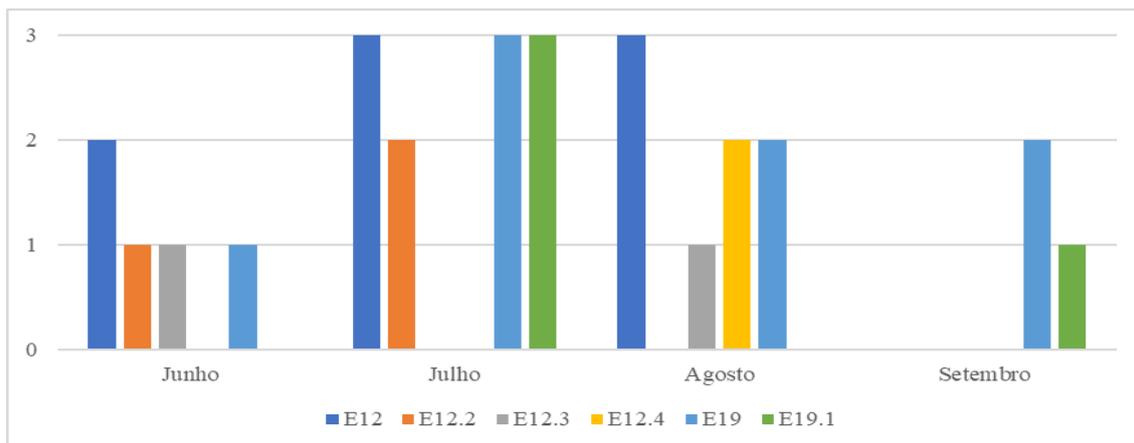
O *impeachment* de Fernando Collor dessacralizou o poder político no Brasil. E isto sem força, sem guilhotina, sem garrote vil, sem tropas na rua. O presidencialismo imperial morreu e a republiqueta se tornou nação adulta [...] à medida que o processo de *impeachment* se desenvolvia, dentro da mais rigorosa legalidade, sem interferência de forças ocultas ou visíveis, a reputação do Brasil no exterior melhorava. O ineditismo do xeque-mate ao deletério presidente provocou manifestações de incredulidade e de espanto na imprensa mundial. O Brasil surpreendeu o mundo civilizado e começou, afinal, a ser reconhecido como um país maduro do ponto de vista institucional (“Os anéis e os dedos”, *Jornal do Brasil*, 30 dez. 1992, p. 10).

Ou seja, o cumprimento dos ritos constitucionais, e a punição a um infrator que ocupava o mais alto cargo público do país são tidos pelo *JB* como expressões de que a democracia brasileira estava sólida. Se Collor primeiramente foi identificado como líder da modernização do Brasil, agora seu *impeachment* é tido como expressão do alto patamar de “civilização” que o país atingira.

As críticas direcionadas a Collor nos editoriais de dezembro de 1992 e janeiro de 1993 são ainda mais avassaladoras. O presidente deposto é taxado de “frouxo” (“Palavras, palavras”, *Jornal do Brasil*, 2 jan. 1993, p. 10); “impostor” (“O homem e suas máscaras”, *Jornal do Brasil*, 24 dez. 1992, p. 10), e “protótipo da malignidade e da perversão” (*Idem*). O ponto é a drástica mudança em relação à cobertura em um espaço de 3 meses apenas. Em argumentações críticas ao presidente, o *Jornal do Brasil* produz uma autocrítica involuntária, quando afirma que “Collor esmerou-se em destruir o Estado para melhor saqueá-lo [...] era mais um arrivista do que um afluente. Os mais bem informados conheciam seu pendor para o ‘golpe de mestre’, sua vocação para a impunidade” (*Idem*. Grifos nossos). O argumento implícito parece ser o de que o *Jornal* foi enganado, por não dispor de informações suficientes.

No Gráfico seguinte notamos que o *JB* atribuiu à CPMI e a Fernando Collor valências e enquadramentos quase que diametralmente opostos em cada mês, e a mudança de posição do periódico sobre o apoio ao presidente coincide com uma mudança de opinião nos editoriais sobre a CPMI.

Gráfico 5 – Enquadramentos mensais CPMI



Legenda: Desfavoráveis: E12 (Críticas à CPMI); E12.2 (Críticas à CPMI/Defesa de Collor); E12.3 (CPMI como incapaz de resolver o problema para o qual foi criada); E12.4 (Os membros da CPMI almejam ganhos pessoais/são exibicionistas). Favoráveis: E19 (Elogio à CPMI); E19.1 (CPMI como mecanismo de fortalecimento democrático).

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

O primeiro editorial do *Jornal do Brasil* que discute a CPMI lhe é francamente negativo, insinuando haver tendências golpistas nas investigações, com o intuito de prejudicar diretamente o presidente. O “interesse oculto” – título do editorial – seria próprio de alguns políticos que compunham a CPMI: no mesmo texto o *JB* critica diretamente Lula, “ex-candidato até hoje inconformado com vontade das urnas” (“Desejo Oculto”, *Jornal do Brasil*, 7 jun. 1992, p. 10), indicando pouco apreço e respeito pela democracia por parte do petista.

O que o *JB* procurou produzir até setembro foi uma narrativa de oposição entre Collor/democrático vs. CPMI/antidemocrática/golpista. Ainda nesse primeiro editorial que discute a CPMI, é afirmado que a comissão já havia identificado seu objetivo maior:

A decisão de criar a CPI não se prestará a servir às intenções ocultas dos que não têm a coragem de se opor às reformas das quais o governo Collor se fez arauto [...] ficou demonstrado que a CPI nasceu da intenção de cercear a iniciativa do governo e permitir a um tipo de oposição, acuada em sua mediocridade, sair do anonimato. Se não fosse a pressa golpista, o Congresso teria esperado a Receita Federal proceder à apuração de que se incumbiu e à Polícia Federal vasculhar todo o seu campo legal [...] a CPI está no começo, mas já disse a que veio: prejulgou e quer apenas ficar de prontidão para o bote golpista que o vice Itamar acaba de denunciar (“Desejo Oculto”, *Jornal do Brasil*, 7 jun. 1992, p. 10).

Em editorial de fins de junho, o *Jornal* reafirma a existência de uma conspiração para prejudicar diretamente Collor:

Desde o aparecimento de PC Farias como personagem principal da CPI que investiga a suspeita de atuação no âmago da administração federal, ficou indistigável que o objetivo do atropelo era tontear o governo e imobilizar qualquer reação do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário. O alvo político é o presidente da República (“Da Legalidade e da Legitimidade”, *Jornal do Brasil*, 29 jun. 1992, p. 10).

Vale destacar que esta última citação é de editorial posterior à divulgação da entrevista do motorista Eriberto França, ou seja, mesmo após a apresentação da denúncia, tida como decisiva pela literatura (Conti, 1999, p. 606), o *JB* continuou insistindo na existência de uma conspiração para prejudicar o presidente. A CPMI, tal qual descrita pelo *Jornal* no mês de junho, teria três características negativas principais: 1. dar demasiado “palco” para a oposição “medíocre” (incluindo Lula); 2. ter intenções golpistas, de depor Fernando Collor, mas caso isto não ocorresse, ao menos de prejudicar sua imagem; 3. se opor às reformas do governo, tão elogiadas pelo *Jornal*. Apenas 15 dias depois, todavia, o *JB* identificava pontos positivos na CPMI:

A CPI que reanimou a depressiva política brasileira põe em destaque o atraso cultural do país, que a reverencia como um teste democrático [...] veio em boa hora a CPI, porque a Constituição ainda não passou pela prova de carga política a que está sendo submetida (“Sinais de Atraso”, *Jornal do Brasil*, 21 jun. 1992, p. 10).

Ao mesmo tempo que apresentava a CPMI como potencialmente benéfica, e inclusive como “a referência legal predominante e o instrumento de garantia democrática para a opinião pública” (“Marco da Legalidade”, *Jornal do Brasil*, 30 jun. 1992, p. 10), o *JB* elogiava Collor como o presidente que possuía condições para garantir transparência ao processo de investigação dos casos de corrupção no governo. O *Jornal* não negava a existência de corrupção na administração de Collor, porém não apenas o isentava dos crimes, como o classifica como maior interessado em investigá-los e puni-los:

o ponto de maior valor político na contraofensiva do presidente Collor foi, no entanto, a posição reafirmada de maior interessado na completa apuração de todas as suspeitas subjacentes na onda de denúncias que se centralizaram na CPI que investiga a ação visível de PC Farias no governo [...] pressa na apuração e punição dos responsáveis é o que o presidente Collor proclama necessário (“Rumo ao Esclarecimento”, *Jornal do Brasil*, 1º jul. 1992, p. 10).

A posição dúbia do periódico encontra perfeito exemplo no trecho a seguir:

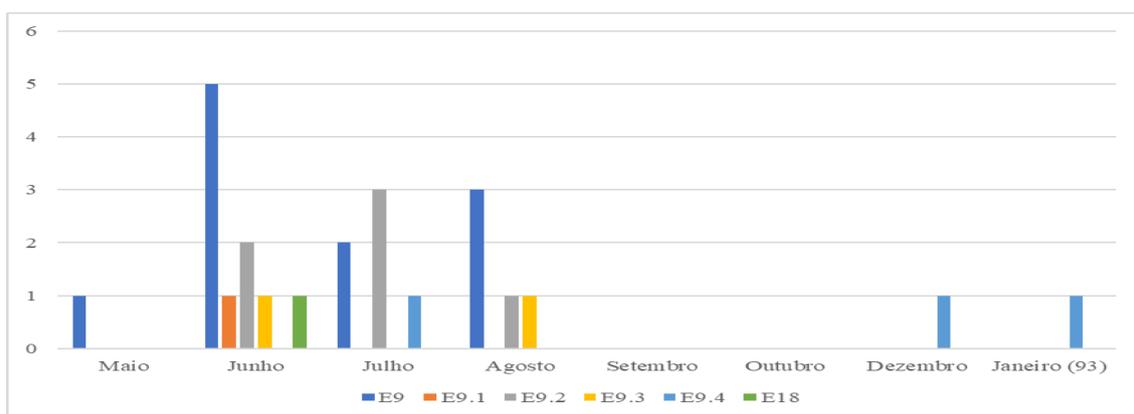
Junto ao saudável desejo de moralização da gestão da coisa pública (e da regulamentação às campanhas eleitorais), os arautos do atraso e da manutenção do status quo estão pegando carona e lutando para que o desfecho da CPI interrompa a marcha da modernização do país proposta, desde a campanha eleitoral, pelo presidente da República. (“Vale o Escrito”, *Jornal do Brasil*, 26 jun. 1992, p. 10).

Contudo, a partir de setembro o posicionamento muda. O último editorial que discute a CPMI – de 17 de setembro – lhe confere enquadramento amplamente favorável, elogiando a condução “impecável” de seus trabalhos, em flagrante contraste com as opiniões expressas pelo próprio *Jornal* há poucos meses. Com o respaldo popular recebido pelo relatório da CPMI, o acolhimento do pedido de *impeachment*, e o posicionamento dos outros grandes jornais, o *JB* resolve se reposicionar, reinterpretando sua posição “legalista”. Saem do enquadramento os “agentes oportunistas” denunciados anteriormente, e entram os elogios reiterados à condução apropriada da CPI quanto aos ritos constitucionais e legais (“Opção pelo confronto”, *Jornal do Brasil*, 1º set. 1992, p. 10). Como observamos, a mudança de posicionamento do *JB* sobre a

CPMI coincide com a mudança acerca de Fernando Collor, e o saldo final da primeira é tido como positivo pelo *Jornal*, como citado.

No Gráfico abaixo, que mensura os enquadramentos sobre golpe e *impeachment*, podemos observar em junho a forte reação contrária do *Jornal* à CPMI, criada naquele mês. Destaca-se ainda o enquadramento do *impeachment* como farsa, em editorial publicado imediatamente após a divulgação da entrevista de Eriberto França, indicando que o *Jornal* já se antecipava à possibilidade da deposição de Collor, buscando influenciar o debate público ao criticar o próprio mecanismo de *impeachment*.

Gráfico 6 – Enquadramentos Golpe e *Impeachment*



Legenda: E9 (Denúncia de golpismo pelo *JB*); E9.1 (Denúncia de golpismo por Itamar Franco); E9.2 (Denúncia da CPMI como instrumento golpista); E9.3 (Denúncia de golpismo por Brizola); E9.4 (Denúncia de golpismo por Fernando Collor); E18 (Críticas ao mecanismo de *impeachment*).

Fonte: Elaboração dos autores, 2023.

A fim de reforçar a tese do golpe, o *Jornal do Brasil* citou, frequentemente, outros importantes políticos que corroboravam a ideia, especialmente Brizola, que apoiava o presidente Collor, embora de maneira mais contida após a entrevista de Eriberto França (Sallum Junior, 2015, p. 226), além do próprio Itamar Franco. Era importante, como forma de desacreditar a CPMI, que o *JB* apresentasse outras opiniões convergentes à ideia do golpismo. Nesse mesmo editorial, o *Jornal* indicava Lula como golpista, pois esse propunha, em caso de *impeachment*, a cassação também do vice-presidente.

Discussão

Se havia consenso na produção acadêmica sobre a peculiaridade do *Jornal do Brasil* ter sido o principal apoiador de Collor da grande imprensa após as denúncias de corrupção, não foi encontrada menção ao esforço do *Jornal* em produzir a narrativa de Collor como vítima de um golpe.

Podemos dizer que o *JB* realizou o *focusing*, como definido por Eilders (1997), de maneira coerente, agendando pesadamente o tema “escândalo PC Farias/*impeachment* de Fernando Collor” com frequência nos editoriais. O mesmo, todavia, não pode ser afirmado quanto à *consonance*, isto é, a continuidade de uma mesma opinião sobre um tema. Nossa análise mostra que os editoriais do *Jornal do Brasil* sobre o assunto mudam de posição drasticamente ao longo dos meses analisados. Esta mudança no posicionamento, diz Eilders, enfraquece o potencial impacto que o *Jornal* causa na opinião pública:

Se os temas e opiniões nos editoriais mudam constantemente, seu efeito deve ser relativamente pequeno. Se, todavia, um *focusing* de temas e uma *consonance* de opiniões estáveis se desenvolver ao longo do tempo, devemos esperar uma crescente pressão sobre o sistema político. Essa pressão será mais forte o quão mais persistentes forem a *focusing* e a *consonance* (Eilders, 1997, p. 14. Tradução dos autores).

Foi no mês de véspera de setembro, o qual o *JB* iniciou sua mudança editorial acerca de Collor, que amplas manifestações contrárias ao presidente ocorreram – incluindo o “Domingo Negro” em 16 de agosto. Segundo Sallum Jr., o sucesso dessa manifestação alterou consideravelmente o jogo de forças na arena política da época, “porque a intensificação da mobilização de atores societários, não participantes usuais da política nacional, *rompeu os limites do campo político-institucional*” (2015, p. 308. Grifos no original).

É apenas após os atos massivos do “Domingo Negro” que o *JB* publica seu primeiro editorial crítico a Fernando Collor, que teria sido tomado pelo emocionalismo. Contudo, o que mais chama a atenção é o enquadramento negativo e de alerta que o *Jornal* adota ao comentar as manifestações:

Mais do que nunca é preciso saber em que direção vão marchar as passeatas que começam a ocupar as ruas – pois podem ir na direção errada [...] muitos políticos que, irresponsavelmente, tentam tirar partido da catástrofe, procurando precipitar o curso dos acontecimentos numa direção que eles mesmos são incapazes de avaliar, não atentam para as consequências da sua leviandade. Entre outras coisas pode significar, até que se volte à normalidade, uma alta sem precedentes nas taxas de empobrecimento do país. (“A Voz da Sensatez”, *Jornal do Brasil*, 21 ago. 1992, p. 10).

Esse posicionamento indica uma continuidade do *Jornal do Brasil*, inscrito na linha de restrição do campo político à arena institucional desde, pelo menos, os atos das “Diretas Já” (Cf.: Alves, 2019). O entendimento dos atos populares como potencialmente danosos à nação e inclusive com possibilidade de ferir a Constituição aparece também no editorial do dia 24 de agosto, com o *JB* alertando para os danos institucionais potenciais.

Após os atos de agosto e o acolhimento do pedido de *impeachment*, o *Jornal do Brasil* passou por um reposicionamento ao longo do mês de setembro. Como já ressaltamos, este é o mês com editoriais de valência mais variada acerca de Fernando Collor, porém é nos editoriais favoráveis a este que fica clara a posição prioritária do *Jornal*: a defesa de suas reformas supostamente modernizadoras. Sinal evidente disso é que, apenas um dia após o acolhimento

do pedido de *impeachment*, o *JB* ainda insistia em reduzir os casos de corrupção do governo a “tropeços”, expressando preocupação quanto à continuidade das reformas:

O ideário liberal apresentado na campanha pelo candidato Fernando Collor foi aplicado em seu governo, tropeçou em falhas de execução [...] é preciso, portanto, não deixar as folhas da agenda marcadas pelas discussões entre o Executivo e o Legislativo em torno do *impeachment*, e dar seguimento à negociação das reformas e dos projetos modernizadores da economia e da sociedade brasileiras (“O Caminho Liberal”, *Jornal do Brasil*, 2 set. 1992, p. 10).

O *impeachment*, em si, não interessava tanto ao *JB*, mas sim o avanço da agenda liberal. Ao mesmo tempo que defende essa agenda econômica, o *Jornal* elogia o governo – e Collor – por tê-la defendido no Brasil. Mesmo após a abertura do *impeachment*, o impresso utiliza o argumento da corrupção institucional como um mal brasileiro, isentando novamente o presidente de responsabilidade:

é de justiça reconhecer que o presidente Collor avançou na direção dos objetivos que tiveram a preferência da maioria do eleitorado. Os primeiros resultados das modificações introduzidas na economia ampliaram a aceitação social da modernidade, até que o *atraso acumulado* se explicitou nos escândalos montados dentro do governo pelo tráfico de influência (“Raízes do Mal”, *Jornal do Brasil*, 13 set. 1992, p. 10. Grifos nossos).

Em editorial com título sugestivo (“Raízes do Mal”), o *Jornal* apresenta o enquadramento da corrupção como atraso/mal antigo no país, que atravessa toda a administração pública brasileira, que deve ser combatido. Collor é então reconhecido como tendo feito o esforço de combater esse mal, tarefa na qual, infelizmente, veio a falhar. No mesmo editorial o *JB* afirma que o “país sempre foi malgovernado” (*Ibidem*, p. 10), reduzindo a responsabilidade de Collor por ter sido – para alguns – mais um mau governante.

Pouco antes da votação do *impeachment* na Câmara, o *JB* publica editorial em que finalmente deposita na figura de Collor parte da responsabilidade sobre a crise.

Para desmontar todas as denúncias e acusações que se acumularam em torno de si, bastaria que o presidente exercesse efetivamente seu direito de defesa. Explicasse sem reboços quem paga suas contas, seus automóveis e seus jardins. Mas não foi isto infelizmente o que ele fez. O presidente preferiu descartar como manobra política denúncias específicas que pediam um cabal desmentido [...] por último, alegou que não lhe concediam direito de defesa. A imagem de um presidente acuado por acusações infundadas e sem o direito de refutá-las não corresponde à realidade. A Nação não estava predisposta contra seu presidente – ao contrário, ela torcia pelo Brasil (“A Marca da História”, *Jornal do Brasil*, 27 set. 1992, p. 10).

Até então o *JB* desvinculava a figura do presidente dos escândalos, chegando a sugerir que o último apenas representava o Executivo, sem responsabilizá-lo (“A Paixão Medida”, *Jornal do Brasil*, 24 ago. 1992, p. 10). O editorial acima ainda indica que Collor contava com apoio popular – algo difícil de sustentar tanto pelas pesquisas de opinião como pelos atos de agosto – e que “infelizmente” não refutou as acusações. Fica implícita a interpretação de que Collor poderia não ser culpado, mas apenas utilizou uma estratégia equivocada em sua defesa. Como já observamos, o *Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* haviam pedido renúncia de Collor já

no final de junho; quanto ao *Globo*, o cientista político Pablo Pimentel (2019, p. 221) sugere haver um “desinteresse” do *Jornal* em se engajar contra Collor, porém indica que no mês de setembro só houve editoriais favoráveis ao *impeachment* do presidente. Fica destacado, portanto, o contraste entre os demais jornais da grande imprensa e o *Jornal do Brasil* quanto à permanência de Collor no cargo.

Quais seriam as razões desse apoio mais duradouro do *JB* a Collor?

Baseados na análise dos editoriais, são três principais: 1. o já apontado caráter legalista e conservador do periódico, que potencialmente enxergava no *impeachment* uma mudança demasiado abrupta, e impulsionado por atores de fora da esfera da política-institucional, algo já criticado pelo *JB* em outras ocasiões; 2. a convergência da agenda econômica do *Jornal* com a do próprio presidente, tida como fundamental pelo *Jornal* para tirar o país do atraso; 3. a imprevisibilidade do processo de *impeachment* e de suas consequências, que poderiam ocasionar quebras constitucionais, à luz ainda do passado ditatorial recente do Brasil.

Podemos interpretar essa mudança drástica no mês de dezembro por dois ângulos de análise próprios dos estudos de imprensa, que se completam. A primeira perspectiva é justamente a da influência entre os próprios jornais, a *inter-media agenda setting*, proposta por Firmstone (2019, p. 11-12). O *Jornal do Brasil*, após ter cobertura muito dissonante do restante da grande imprensa, aderiu à crítica a Fernando Collor de forma visceral, seguindo a tendência na qual os outros jornais já tinham embarcado. Mas tal comportamento está de acordo com a *feeding frenzy* sugerida por Larry J. Sabato (2000), que identificou uma alteração na cobertura de escândalos por parte do jornalismo estadunidense especialmente após o escândalo de *Watergate*, com a imprensa passando a estar mais propícia a buscar fama e fortuna do que em servir de fato como mediador confiável de informações entre o governo e os cidadãos.

Sabato define *feeding frenzy* como a “cobertura de imprensa acerca de qualquer evento político ou circunstância onde uma massa de jornalistas passa a cobrir o mesmo objeto escandaloso de forma intensa, muitas vezes excessiva e por vezes incontrolável” (2000, p. 6, tradução nossa). A cobertura do *JB* em dezembro torna-se não apenas mais intensa como também mais agressiva, atacando o presidente por vezes de modo pessoal, sendo esta outra característica das *feeding frenzies*: a invasão da vida privada dos políticos. A cobertura se torna mais acerba exatamente no momento de maior enfraquecimento de Collor.

Pode-se dizer que o *Jornal do Brasil* se preocupou em apoiar e legitimar o *impeachment* quando já não havia necessidade de tal ação, pois a aprovação da Câmara já encerrara virtualmente o caso. Se o *JB* foi anacrônico neste processo, procurou se posicionar da forma mais veemente possível nas críticas a Collor, numa possível tentativa de se descolar do passado recente de apoio ao presidente deposto.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALVES, Ian. Redemocratização e Imprensa no Brasil Contemporâneo: a Folha de S. Paulo e o Jornal do Brasil no final do regime militar. *Cadernos de Relações Internacionais*, PUC-Rio, v. 2, p. 135-159, dez. 2019.
- AZEVEDO, Fernando. A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). *Revista Eco-Pós*, v. 12, p. 41-58, 2009.
- AZEVEDO, Fernando. Agendamento da Política. In: RUBIM, Antonio (Org.). *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.
- CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 377-406, 2014.
- CAPELATO, Maria Helena. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto; EdUSP, 1988.
- CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e o poder nos anos Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- DRUCKMAN, James; PARKIN, Michael. The impact of media bias: how editorial slant affects voters. *The Journal of Politics*, Southern Political Science Association, v. 67, n. 4, p. 1030-1049, 2005.
- EILDERS, Christiane. The impact of editorial content on the political agenda in Germany: Theoretical assumptions and open questions regarding a neglected subject in mass communication research. *Discussion Papers, Research Unit: The Public and the Social Movement*, n. FS III, p. 1-30, 1997.
- ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.
- FERES JÚNIOR, João. Cerco midiático: O lugar da esquerda na esfera “publicada”. São Paulo: *Friedrich-Ebert-Stiftung*, 2020.
- FERES JÚNIOR, João. Em defesa das valências: uma réplica. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 1, p. 277-298, 2016.
- FERREIRA, Marieta; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. (Verbetes). FGV/CPDOC. (Site). Publicado em: 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil/>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- FIRMSTONE, Julie. Editorial Journalism and Newspapers’ Editorial Opinions. *Oxford Research Encyclopedia of Communication*, p. 1-24, mar. 2019.
- GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. *American Journal of Sociology*, v. 95, n. 1, p. 1-37, July 1989.
- GUARNIERI, Cristina. *A “Revolução” é uma árvore de vida secular: o Jornal do Brasil e a invenção da democracia e da legalidade do golpe civil-militar e do governo militar (1964-1968)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR), 2014.

- LATTMAN-WELTMAN, Fernando; RAMOS, Plínio; CARNEIRO, José Alan. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LEMOS, Renato. Fernando Collor. (Verbetes). FGV/CPDOC. (Site). Publicado em: 2001. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/collor-fernando>. Acesso em: 1º mar. 2022.
- MENDONÇA, Ricardo; SIMÕES, Paula. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012.
- PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Nova York: Cambridge Univ. Press, 2007.
- PIMENTEL, Pablo. "Não vai mesmo ter golpe": um estudo sobre os editoriais de *O Globo* nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- RIBEIRO, Ana Paula; VIEIRA, Itala. O JB é que era jornal de verdade: jornalismo, memórias e nostalgia. *Matrizes*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 257-276, set.-dez. 2018.
- SABATO, Larry. *Feeding Frenzy: Attack Journalism and American Politics*. Baltimore: Lahanan, 2000.
- SALLUM JUNIOR, Brasílio. *O Impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Ed. 34, 2015.
- SCHEUFELE, Dietram A. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.
- SOUZA, Isabela. O presidente sociólogo: a construção da imagem pública de Fernando Henrique Cardoso nas páginas do *Jornal do Brasil* (1994). *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1 (32), p. 827-845, 2020.